



Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Monte Alto-SP – COMDEMA

SEDE – Rua Ananias de Carvalho, 1351 – Centro – Monte Alto – Estado de São Paulo – CEP 15910-000

ATA DA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DE MONTE ALTO SP – COMDEMA- BIÊNIO 2021-2022, REALIZADA EM 27/05/ 2021-

Aos vinte e sete dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte um, às dezessete horas e trinta minutos, após publicação da Resolução 01/ 2021, publicada em Diário Oficial Municipal, de 18 de março de dois mil e vinte e um, edição 809, página três, **CONSIDERANDO** o Decreto 4.072 de 10 de março de 2.021, que estabelece medidas complementares de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19) durante a Fase Vermelha do Plano São Paulo, obedecendo seu artigo segundo, ficam suspensas as reuniões presenciais do **Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente**, passando a serem por videoconferência, até novas diretrizes sanitárias, na plataforma Google Meet, foi realizada nesta cidade de Monte Alto, a **QUARTA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DE MONTE ALTO - SP – COMDEMA – BIÊNIO 2021-2022**, instituído pela Lei n.º 2.377/ 2005, alterada sua composição pela Lei n.º 3.576/ 2017 e conselheiros nomeados pelo Decreto nº 4.051, de 01 de fevereiro de 2021, após prévia convocação pelo seu presidente: Fábio Gabriel Nascibem, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias via e-mail e Whatsapp. Na abertura dos trabalhos, o senhor Fábio Gabriel Nascibem, verificou que havia quórum suficiente e deu início a reunião agradecendo a presença de todos. Foi efetuada a contagem dos membros do Conselho que estavam presentes: Fábio Gabriel Nascibem, presidente; Guilherme Silva Navarro, secretário; Carlos César dos Santos, tesoureiro; Regina Izilda de Aparecida Tavares, membro titular; André Luiz de Oliveira, membro titular; Vladimir Wagner da Costa, membro titular; Ademar José de Souza Júnior, membro titular; Luiz Alberto Momesso, membro titular; Thiago Oliva Valente Silva, membro suplente assumindo a titularidade; Valdir Aparecido Chagas, membro suplente assumindo como titular, Claudemir Ferreira da Silva, membro suplente, Eliane Dias Camilo, membro suplente; Rodrigo Menezes, convidado e Márcia Santos, convidada. Justificaram ausência: Deliane Gomes da Silva e Emílio Claudio Perdonate. Antes do início Fábio agradeceu a presença de todos e deu boas vindas aos convidados presentes: Márcia e Rodrigo. Fábio iniciou a reunião fazendo uma breve explanação da ata da terceira reunião, que foi encaminhada via e-mail



para os conselheiros e que foi aprovada por unanimidade. Dando sequência, Fábio verificou que havia quórum para a deliberação do FUMDEMA, pois contamos com dez membros titulares presentes. Antes de dar início à deliberação do Fundo, Fábio pontuou os assuntos da pauta e explicou o funcionamento da reunião, já que era a primeira participação online do representante da Associação dos Ecologistas de Monte Alto, do Sindicato Rural e demais convidados. Após elencar a pauta, Fábio ressaltou que era a terceira tentativa de deliberação referente ao FUNDEMA, desta forma a reunião foi iniciada por este item, sugerido por Eliane, uma vez que se ocorresse a ausência de algum conselheiro antes de dar a reunião como finalizada, aproveitaríamos o quórum para as deliberações. Fábio explicou que o viveiro municipal necessita de diversos insumos para seu funcionamento e que a compra pela prefeitura seria mais demorada e essa morosidade pode acarretar algumas perdas e são itens são de extrema urgência como fungicidas, insumos contra pragas, sementes e balaios para cultivo de mudas. Vladimir questionou se tinha ideia do valor do gasto e também aproveitou para questionar como estão os depósitos que devem ser realizados pela empresa CGR conforme acordo com a Sabesp. Valdir lembrou que foi uma conquista muito importante destes valores, já que a empresa deposita o chorume do Aterro de Bauru em nossa cidade e nada mais justo que paguem pelo passivo ambiental. Fábio argumentou que não havia realizado nenhuma cotação específica e que não seriam valores elevados, mas que iria solicitar aos funcionários do Viveiro os itens de maior necessidade e uma cotação de preços com três orçamentos para maior transparência do ato. Eliane ressaltou que na gestão anterior havia uma retirada mensal de um valor de dois mil reais que eram destinados a pagamento de um funcionário e demais despesas do viveiro. Eliane ressaltou ainda que essa contratação de funcionário com numerário pertencente ao Fundo é completamente irregular, pois não existia contrato ou qualquer outra justificativa que desse respaldo legal pela forma como foi contratado o funcionário, já que o mesmo era uma pessoa aposentada e sem vínculo com a prefeitura. Ressaltou que prefeitura não pode fazer contratação de funcionário sem concurso público ou processo seletivo e não pode haver pessoas trabalhando em próprio público sem que seja de forma clara e transparente sua contratação e dentro de normas legais. Hoje o viveiro conta com funcionários concursados, alguns estagiários, além de um funcionário do PAD (Programa de Apoio ao Desempregado), vinculado a Secretaria



de Assistência Social prestando serviços no local. Eliane aproveitou o questionamento de Vladimir e perguntou ao conselheiro Guilherme, representante da SABESP se saberia dizer como estão estes descartes de chorume na ETE -Turvo. Guilherme disse que iria apurar na SABESP como estão estes descartes e lembrou que na gestão passada foi necessário cobrar a empresa, pois ficou bastante tempo sem realizar os depósitos para o FUMDEMA. Ainda sobre o viveiro municipal, Luiz Momesso questionou sobre as condições de algumas mudas que em sua última visita, há um mês aproximadamente, notou que algumas mudas estão passando do momento de plantio. Fábio respondeu que existem muitas espécies exóticas que foram cultivadas no viveiro e que essa conduta não será mais aceita, já que estamos dando ênfase nas espécies nativas, por isso alguns exemplares delas ainda se encontram lá. Muitas espécies inadequadas foram cultivadas e só trouxeram problemas, como o caso das “Leucenas” que foram introduzidas na cidade em gestões anteriores e hoje causam um grande transtorno; estamos evitando espalhar espécies exóticas para que possamos a partir de agora cultivar e doar somente o que for realmente adequado ao nosso bioma. Eliane sugeriu que se faça uma reunião extraordinária, por volta das dezenove horas, para daqui aproximadamente duas semanas para exclusivamente deliberar sobre a questão da liberação da compra dos insumos do viveiro com os orçamentos em mãos. Todos presentes concordaram com a sugestão. Dando prosseguimento, Fábio foi para a pauta da segunda deliberação do COMDEMA que é a criação da Câmara Técnica da Causa Animal. Fábio lembrou que em virtude das inconsistências apontadas na primeira reunião do presente Conselho e algumas ressalvas, solicitamos um novo Plano de Trabalho da APAMA, o que não ocorreu. Analisando toda a demanda da causa animal, não só do canil, mas de toda a problemática que envolve a causa, a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, sugere a criação de uma Câmara Técnica. Eliane destacou que dentro do Regimento Interno do Conselho existe a possibilidade de criação de Câmaras Técnicas específicas para diversos assuntos que necessitam de um maior debate. Acrescentou ainda que a causa animal vai além de problemas com cachorros e gatos e envolve problemas de infestação de pombos na cidade que devem ser trabalhados em conjunto com outros departamentos, como o de controle de zoonoses, por exemplo. Explicou também que uma câmara Técnica envolve profissionais ligados a Secretaria de Saúde, as OCSs e veterinários (as). Citou como



exemplo a Comissão Municipal de Educação Ambiental que será composta por técnicos da área de educação e do Meio Ambiente, que irão nortear o Plano de Educação Ambiental municipal. Fábio ainda explicou que a Câmara Técnica poderá fazer um plano de trabalho pertinente a toda a extensão da causa animal em nosso município. Rodrigo, veterinário convidado, acrescentou que acredita ser muito interessante a multidisciplinaridade que a Câmara propõe e que existem muitos outros problemas na cidade que envolve animais de grande porte. Lembrou ainda que existem recursos que são direcionados exclusivamente à castração por vereadores através de emendas de deputados. Rodrigo informou que já foram realizadas quatrocentas castrações aproximadamente por ano pelo castra-móvel. Fábio acrescentou que poderemos receber alguns incentivos através do FUMDEMA, inclusive administrar a subvenção que é repassada para a APAMA de forma mais democrática, visando um repasse mais eficiente dos recursos. Outro ponto que Eliane esclareceu foi que a APAMA não é um órgão ou departamento da Prefeitura como muitos pensam e que essa confusão é devido a presidente da entidade ser estagiária no canil, mas são duas coisas distintas: canil e APAMA. Inclusive um dos entraves da subvenção para a APAMA foi a existência de parentesco da presidente da ONG com funcionária em cargo de comissão dentro da administração, ressaltando que Ana Paula presta um excelente serviço como estagiária dentro do canil. Fábio explicou que a Câmara Técnica será instituída por Resolução do COMDEMA e colocou em votação. A Câmara Técnica da Causa Animal foi criada por votação unânime. Outra deliberação que estava na pauta é a criação do “espaço árvore” e, Fábio deu prosseguimento explicando a necessidade de uma deliberação do Conselho para que se faça uma solicitação de modificação na Lei 2.244/ 2005 que institui a arborização urbana no município e a Lei nº 2.672/2010 que dispõe sobre a obrigatoriedade de implementação de Projeto de Arborização Urbana e Área Verde, acrescentando esse item. Eliane enfatizou que esta solicitação, com especificação técnica, veio como tarefa obrigatória do Programa Município Verde Azul, fundamental para certificação do município. Fábio acrescentou que o “Espaço Árvore” consiste em deixar no entorno das árvores um novo parcelamento de solo com condições mínimas adequadas ao local de plantio das espécies, garantindo de forma perene o seu crescimento e desenvolvimento. O “Espaço Árvore” deverá ter um elemento de identificação visual (placa) no local. Fábio colocou em



votação e a deliberação foi aprovada por unanimidade. Eliane informou que as Resoluções serão encaminhadas no e-mail de todos os conselheiros. Dando sequência, Fábio informou que o Projeto de Lei que institui as RPPNs (Reservas Particulares de Patrimônio Natural) no município de Monte Alto, que explora as reservas como espaço educador e de turismo, já passou em análise por diversas comissões na Câmara Municipal e recebeu aprovação, faltando agora passar pela Comissão de Meio Ambiente, e por fim, de finanças para seguir ir a plenário para votação. Fábio ainda informou que esteve na Câmara Municipal juntamente como Secretário dos Negócios Jurídicos, Dr. José Henrique Frascá Junior e passaram por uma sabatina de perguntas referentes ao projeto. Outro assunto na pauta, Fábio iniciou a explicação sobre a redação proposta do IPTU Verde, um fluxo de demanda antigo, que será discutido mais detalhadamente em momento mais oportuno, uma vez que com a redução de arrecadação, seria desgastante neste momento delicado da economia local e do país. Em linhas gerais o IPTU Verde, proporciona alguns incentivos de desconto proporcionalmente aos itens sustentáveis que imóvel possui na edificação como: solo permeável, aquecedor solar, sistema de reaproveitamento de água de chuva, arborização, calçada ecológica entre outros, podendo chegar até quinze por cento de desconto do valor do IPTU. Outro assunto que Fábio colocou aos conselheiros foi o inventário arbóreo com georeferenciamento, através de software e que Monte Alto tem menos de meia árvore por habitante, um índice muito baixo, já que precisamos de cinquenta mil no mínimo para suprimir este déficit para que tenhamos ganhos na qualidade de vida. Ainda sobre a questão de arborização, Fábio informou que foi encomendado um estudo para o professor Demostenes da Silva Filho, técnico de renome internacional ligado à ESALQ - USP (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – Universidade de São Paulo), que cruza as informações de localização exata de incidência de ilhas de calor. Este método estima o déficit e dá respaldo científico de como planejar a arborização urbana e ganhar qualidade e vida. O conselheiro Luiz Momesso salientou a necessidade de plantar espécies frutíferas, principalmente nas nossas praças, que complementou dizendo estarem muito abandonadas. Dando sequência na pauta do dia, Fábio falou sobre o Plano de Ação contra as queimadas, fato que enfrentamos com perdas imensuráveis na biodiversidade devido à seca e os focos de incêndio que nesta época do ano estamos propensos a enfrentar. Fábio destacou a parceria com usinas e empresas que



disponibilizaram seus técnicos de segurança caso seja necessário, com pontos de recargas caso ocorram incêndios de grande proporção. Complementou que foram criados quarenta quilômetros de aceiros - barreiras físicas de interrupção nas estradas e pontos estratégicos do município; foram mapeados os pontos mais críticos e ações conjuntas num Plano de Inteligência com “drone” que localiza os pontos de fumaça e com comunicação direta com a Polícia Ambiental, Ministério Público, Brigada de Incêndio, Corpo de Bombeiros, proprietários rurais, acompanhado de monitoramento por satélite do INPE (instituto de Pesquisas Espaciais) dos pontos mais críticos e, por fim, foi traçada uma linha de ação com agentes em diversas localidades e regiões. Informou também que ocorrerá uma audiência pública junto ao Ministério Público amanhã, dia vinte e oito de maio, às quatorze horas, com os municípios limítrofes para que possamos pactuar um plano regional para enfrentamento deste período de queimadas. Fábio afirmou que nosso município está preparado para enfrentar este período. Eliane acrescentou que todos os conselheiros estão convidados e que encaminhará o link de acesso no grupo de whatsApp do COMDEMA. Outro assunto que foi apenas pontuado, pelo adiantado da hora, mas que voltará a pauta de próxima reunião é a articulação junto à Prefeitura de Jaboticabal para a recuperação do Córrego do Gambá, onde também juntamos forças com o Campestres Clube para esta recuperação. Fábio solicitou ao conselheiro Ademar um levantamento dos proprietários através da CATI. O conselheiro Ademar informou que em breve será encaminhado para a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente este levantamaneto e acrescentou que deve ser em torno de cinquenta propriedades e que esta área faz divisa com diversos bairros como Barbizan, Paraíso, Campestre e a empresa BMA. Antes de encerrar a reunião, Fábio abriu para as considerações e manifestações livres abertas aos conselheiros. Valdir disse estar feliz por participar da reunião e que existem enormes desafios ambientais na cidade, como a Rua Nhonho do Livramento que não possui arborização e que em hora mais oportuna gostaria de trazer a pauta sobre o Rio Estiva, no povoado de Ibitirama. A seguir foi declarada encerrada a reunião, da qual para ser constada a presente ata, foi lavrada pelo Presidente do COMDEMA, Fábio Gabriel Nascibem que depois de lida, encaminhada por meio eletrônico e aprovada pelos presentes conselheiros, seguindo devidamente assinada por quem de



Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Monte Alto-SP – COMDEMA

SEDE – Rua Sabino de Camargo, nº 622 (prédio da Casa dos Direitos) – Centro – Monte Alto – Estado de São Paulo – CEP 15910-000

direito, para que produza todos os efeitos regimentais. Monte Alto - SP, vinte e sete de maio de dois mil e vinte e um.

Fábio Gabriel Nascibem
Presidente do COMDEMA

Guilherme Silva Navarro
Secretário COMDEMA

Carlos César dos Santos
Tesoureiro do COMDEMA

Regina Izilda de Aparecida Tavares
Secretaria de Educação

André Luís de Oliveira
Secretaria dos Negócios Jurídicos

Vladimir Wagner da Costa
OAB – Monte Alto

Ademar José de Souza Júnior
Casa da Agricultura

Luiz Alberto Momesso
Sindicato Rural

Thiago Oliva Valente da Silva
Secretaria de Desenvolvimento e Marketing

Valdir Aparecido Chagas
ONGs – Associação dos Ecologistas de Monte Alto

Eliane Dias Camilo
Membro Suplente – Sec. Agric. Meio Ambiente

Claudemir Ferreira da Silva
Membro Suplente – OAB – Monte Alto